



4159 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)
GT08 - Formação de Professores

ÉTICA NA PESQUISA EM EDUCAÇÃO: QUE ATENÇÃO TEM SIDO DISPENSADA A ESSE ASPECTO EM PRODUÇÕES ACADÊMICAS STRICTO SENSU?

Andréa da Costa Silva - UECE - Universidade Estadual do Ceará
Maria Márcia Melo de Castro Martins - UECE - Universidade Estadual do Ceará
Sílvia Maria Nobrega Therrien - UECE - Universidade Estadual do Ceará
Agência e/ou Instituição Financiadora: Capes

No Brasil é tímida a cultura de submissão de pesquisas em Educação à Comitês de Ética. Em 2016 foi promulgada a Resolução nº510 específica sobre ética para as pesquisas neste campo resultante de reivindicações dos investigadores da área que não se sentiam contemplados na Resolução nº466/2012 para pesquisas envolvendo seres humanos. Objetivamos verificar a presença de aspectos éticos em teses da área da Educação. É uma pesquisa do tipo exploratória descritiva de abordagem qualitativa. O material de análise provém do banco de teses do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco. O recorte temporal abrange teses publicadas no triênio 2013-2015. A escolha do referido Programa atende a avaliação da CAPES, Conceito 5,0. Foram inventariadas 39 teses dentre as quais 30 abordam pesquisas com humanos, destas, 26 explicitam elementos éticos. Concluímos que a ética é elemento fundamental para trabalho com humanos, que embora não apareça explicitamente consta nos trabalhos em educação e que a reflexão e presença do rigor ético em uma pesquisa em educação é necessária para resguardar o sujeito da investigação científica, dando assim maior validação aos resultados da referida pesquisa.

Palavras-chave: Rigor ético. Pesquisa em educação. Formação de professores.

ÉTICA NA PESQUISA EM EDUCAÇÃO: QUE ATENÇÃO TEM SIDO DISPENSADA A ESSE ASPECTO EM PRODUÇÕES ACADÊMICAS STRICTO SENSU?

Resumo

No Brasil é tímida a cultura de submissão de pesquisas em Educação à Comitês de Ética. Em 2016 foi promulgada a Resolução nº510 específica sobre ética para as pesquisas neste campo resultante de reivindicações dos investigadores da área que não se sentiam contemplados na Resolução nº466/2012 para pesquisas envolvendo seres humanos. Objetivamos verificar a presença de aspectos éticos em teses da área da Educação. É uma pesquisa do tipo exploratória descritiva de abordagem qualitativa. O material de análise provém do banco de teses do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco. O recorte temporal abrange teses publicadas no triênio 2013-2015. A escolha do referido Programa atende a avaliação da CAPES, Conceito 5,0. Foram inventariadas 39 teses dentre as quais 30 abordam pesquisas com humanos, destas, 26 explicitam elementos éticos. Concluímos que a ética é elemento fundamental para trabalho com humanos, que embora não apareça explicitamente consta nos trabalhos em educação e que a reflexão e presença do rigor ético em uma pesquisa em educação é necessária para resguardar o sujeito da investigação científica, dando assim maior validação aos resultados da referida pesquisa.

Palavras-chave: Rigor ético. Pesquisa em educação. Formação de professores.

1 Introdução

Falar sobre ética é, para nós, algo desafiador e inspirador, por vislumbrar se e como tal conduta está presente nas pesquisas em educação. Grosso modo, ética é “parte da filosofia responsável pela investigação dos princípios que motivam, distorcem, disciplinam ou orientam o comportamento humano, refletindo a respeito da essência das normas, valores, prescrições e exortações presentes em qualquer realidade social” (HOUAISS; VILLAR, 2010, p. 336).

A discussão sobre a ética nas pesquisas em educação vem ganhando espaço entre os estudiosos dessa área. Porém, durante décadas, as investigações foram realizadas sem que houvesse maiores preocupações ou exigências em submetê-las a um Comitê de Ética, o que não quer dizer que não houvesse ética na condução das pesquisas realizadas antes desta exigência.

Desde 1996, a Resolução do Conselho Nacional de Saúde 196 “visa assegurar os direitos e deveres que dizem respeito à comunidade científica, aos sujeitos da pesquisa e ao Estado”. Esta, por sua vez, foi atualizada em 2012 com a Resolução nº 466/2012 e “mesmo gozando de grande legitimidade, ao longo de seus 17 anos de existência, gerou uma série de reações devido às inadequações de seus procedimentos quando aplicados à pesquisa social” (CARVALHO e MACHADO, 2012, p. 212), o que, de certo modo, fragiliza a autonomia e o poder de decisão no campo das Ciências Sociais e Humanas, notadamente na área da educação, sobretudo sobre quais aspectos priorizar e delimitar para as pesquisas na área.

Para além dos aspectos legais e burocráticos nas pesquisas em educação, mais importante é a postura do investigador. De nada valerá cumprir legalmente as exigências relacionadas à ética, se o pesquisador não agir eticamente durante a condução da investigação. Logo, preocupados com a adesão de pesquisadores iniciantes ou não com a ética em suas produções, estudiosos renomados como Rios (2006),

já vêm há anos levantando a bandeira da relevância de se estudar e desenvolver um trabalho acadêmico, sobretudo em nível de mestrado e doutorado, amparado no viés da ética que deve-se desenrolar, "não apenas como um elemento indicador dos limites, mas como uma maneira de ver a investigação com clareza, profundidade e abrangência, problematizando os objetivos, métodos e resultados" (RIOS, 2006, p. 80).

No Brasil, em se tratando de pesquisas desenvolvidas no Ensino Superior, na área de Educação, seja na graduação ou pós-graduação, ainda não se tem constituída uma cultura de submeter esta proposta de produção a Comitês de Ética, como é frequente em pesquisas na área da saúde, por exemplo. Em resposta a uma demanda para a pesquisa social, emerge a Resolução 510/2016, resultante de reivindicações dos investigadores dessa área que não se sentiam contemplados com a resolução anterior (Resolução 466/2012), que trata de pesquisas envolvendo seres humanos. Entende-se que as pesquisas em educação devem ser denominadas de pesquisas com seres humanos, e não em seres humanos, como as que ocorrem na área da saúde. Diante desse entendimento, alguns pesquisadores saem em defesa de que o Conselho Nacional de Pesquisa em Educação se desloque do Ministério da Saúde e se associe ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

Dada a pertinência da temática, é necessário informar que a proposta de produzir este artigo sobre Ética na pesquisa em Educação é decorrente das leituras e discussões ocorridas durante uma disciplina de Pesquisa em um Programa de Pós-Graduação em Educação em uma universidade pública cearense, cursada por doutorandos, no ano 2016, entre os meses de março a julho do referido ano. Como duas das autoras foram alunas do referido programa, o escrito surge, em grande parte, instigado a verificar como os aspectos éticos são tratados nos trabalhos de tese de alunos doutorandos.

Assim, o objetivo dessa investigação é verificar a presença e explicitação de aspectos éticos em teses desenvolvidas na área de Educação.

2 Metodologia

Para a realização desta pesquisa utilizamos um estudo de abordagem qualitativa do tipo exploratório "o qual é realizado a partir de um levantamento de material com dados já analisados [...] sobre o tema que desejamos conhecer (MATOS; VIEIRA, 2002, p. 40).

Visando atender ao nosso objetivo, realizamos um levantamento e estudo de teses de doutorado que integram o Banco de Teses e Dissertações (BTD) do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco (PPGE-UFPE), a partir de um recorte temporal abrangendo as teses publicadas nos anos de 2013 a 2015. A escolha deste programa se deu porque integra um grupo de excelência, a nível nacional, na avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com Conceito 5,0 no período de construção desta pesquisa, uma boa avaliação, considerando que o conceito máximo atribuído pela CAPES é 7,0. As teses inventariadas foram analisadas à luz da Resolução 466/2012, já que a 510/2016 não existia ainda.

Foram identificados 39 trabalhos indexados na referida base de dados, dentre os quais 30 relatam pesquisas de campo com acesso a sujeitos. Sendo 06 em 2013, 09 em 2014 e 15 em 2015. Com os dados mapeados, analisamos primeiramente, os seguintes pontos: título, resumo, sumário e metodologia, a fim de identificar e perceber do que tratavam as referidas pesquisas científicas.

A partir disso, identificamos que das 30 teses que declararam desenvolver trabalhos com humanos, 04 (02 em 2014 e 02 em 2015) não citaram qualquer ação relacionada a cuidados para minimizar os riscos aos seus entrevistados, não relataram uso de termos e ou acordos de pesquisa, nem carta de anuência quando foi realizado o devido uso das falas, gravadas em áudio e até vídeo, por exemplo. Assim sendo, é possível aferirmos que 26 teses posicionaram-se eticamente, 06 em 2013, 07 em 2014 e 13 em 2015.

Vale ressaltar que consideramos, para efeito deste levantamento, as teses que apresentaram, de forma explícita ou implícita, elementos condizentes com rigor ético, sendo identificadas, claramente, 08 que abordaram esse aspecto diretamente, e 18 indiretamente, ou seja, referindo um ou outro elemento que nos levaram a considerá-lo ético.

Das 08 teses que apresentaram explicitamente elementos éticos, temos: 01 de 2013, 04 de 2014 e 03 de 2015, o que revela crescente preocupação e posterior declínio de explicitação acerca do fator ética na pesquisa em educação. Outros estudos seriam necessários para explicar esta oscilação.

Das teses que demonstraram, implicitamente, tal conduta, encontramos: 05 de 2013, 03 de 2014 e 10 de 2015, revelando movimento inverso ao relatado anteriormente, com grande presença de elementos éticos, embora que indiretamente relatados ou expostos ao longo do texto/tese de doutoramento.

A partir de leitura cuidadosa das 26 teses devidamente mapeadas identificamos e refletimos sobre a atenção dispensada aos aspectos éticos nas pesquisas em Educação. Sobre os achados da pesquisa discorreremos a seguir.

3 Resultados e Discussão

Do universo de 39 teses, 26 afirmaram desenvolver trabalhos com humanos sob o crivo da conduta ética. Dentre as quais somente 08 afirmaram claramente a preocupação com rigor ético, com tratamento para com os dados e apresentaram termos de consentimento livre e esclarecido, de anuência e ou autorização de uso de som e imagem. As demais (18) não citam, nem deixam claro uso e preocupação com tais elementos, mas, através de entrelinhas, acabaram justificando sua inclusão nesta categoria de teses, uma vez que se preocuparam em manter o anonimato das instituições, bem como dos sujeitos investigados e, ainda cuidaram do anonimato dos observados e entrevistados, fazendo uso de códigos em letra e número, P1, P2 ao remeter-se à fala do Professor 1 e Professor 2, por exemplo.

Durante o ano de 2013, 09 teses foram produzidas no PPGE da UFPE, das quais foi-nos possível identificar 06 trabalhos que apresentam aspectos relacionados às exigências éticas da pesquisa no campo da Educação, no tocante às investigações realizadas com seres humanos. A análise desses trabalhos permite-nos informar que das 06 teses, apenas 01 explicita exigências éticas orientadas pela Resolução 466/2012, vigente à época da realização das investigações, como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o qual tem por finalidade formalizar a anuência do sujeito da pesquisa em participar do estudo proposto, bem como sobre a utilização das informações concedidas. Das 09 teses, 06 fazem menção a rigor ético (direta ou indiretamente). Apenas uma explicita exigências éticas orientadas pela Resolução 466/2012, vigente à época da realização das investigações. Das 06, 02 fizeram uso e colocaram em apêndice o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) enquanto as 04 demais não o citam, mas agiram eticamente quando preservaram o anonimato de seus sujeitos e instituições pesquisadas.

Em 2014, 09 de 12 teses levantadas apresentaram pesquisas com sujeitos, porém em duas não foram identificadas preocupações quanto a ética na pesquisa. 04 deixaram claro, na escrita, o uso de carta de anuência, TCLE e Termo de Autorização do Uso de Dados nos apêndices de sua tese.

Outras 03 teses não mencionaram o rigor ético ao longo do seu escrito, mas ao final expuseram o TCLE, ou Termo de compromisso, e não identificaram os sujeitos. De modo geral, as 07 teses de doutoramento que apresentaram elementos éticos que abrangem, além dos

termos oficiais, documentos devidamente assinados pelos sujeitos que garantiram o seu consentimento e aprovação para realização da pesquisa, a não identificação dos sujeitos, o contato com instituições superiores, como secretarias de educação para devida autorização e acesso às escolas investigadas. Somente 01 trabalho deixou claro que a pesquisa foi submetida a um comitê de ética:

Convém informar que as atividades investigativas desta pesquisa foram submetidas ao Comitê de Ética da UFPE, conforme Parecer Nº 449.273, de 06/11/2013 e aprovadas pelo mesmo. Título do projeto: Práticas Pedagógicas no Processo de Inclusão de Alunos com Deficiência. (ALBUQUERQUE, 2014, p. 24).

Neste levantamento, somente 01 em 07 trabalhos foi submetido a um Comitê de Ética.

Em 2015, 15 das 18 teses levantadas apresentaram pesquisas com sujeitos, porém duas não citam elemento ético. Aqui, a ética aparece sob diversas formas, principalmente vinculada à cidadania e formação ética. Das 13 teses de doutoramento que apresentaram elementos éticos, 03 a fizeram de forma explícita no corpo do texto, e em 10 aparecem, implicitamente, por meio da não identificação dos sujeitos, fazendo uso de códigos no formato de letras e números, ou por meio da aplicação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Das 13 teses ora analisadas, 02 foram submetidas ao comitê de ética, neste sentido, Albuquerque (2014) se destaca por atestar que seu trabalho foi submetido e aprovado junto ao Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da própria Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Esta síntese atesta a crescente, embora ainda tímida, ênfase que vem sendo dada a ética enquanto rigor na pesquisa em educação, inclusive quando se apresentou subtópico específico para os aspectos éticos, demonstrando, assim, interesse, cuidado e conhecimento de sua importância para a comunidade científica.

Considerações Finais

Destacamos, diante do estudo realizado, a necessidade de as pesquisas no âmbito da Educação explicitarem, preferencialmente, os procedimentos éticos adotados, durante a apresentação da metodologia, uma vez que esse elemento informa o percurso investigativo adotado pelo pesquisador. Na maioria das teses analisadas, os componentes éticos estiverem presentes de forma diluída, inclusive, ao longo dos resultados. Nesse sentido, entendemos que faz-se necessária a discussão sobre a Ética na pesquisa desde os cursos de graduação, de forma a potencializar debates frutíferos e esclarecedores entre alunos e professores no âmbito da produção do conhecimento.

Referências

ALBUQUERQUE, E. R. de. **Prática pedagógica inclusiva**: um estudo de caso em escola com atendimento educacional especializado (aee) em Jaboatão dos Guararapes-PE. Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em Educação. Tese (Doutorado em educação). Recife: UFPE, 2014. 341p.

BRASIL, Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n. 466**, de 12 de dezembro de 2012

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n. 510**, de 07 de abril de 2016

CARVALHO, I. C. M.; MACHADO, F. V. A regulação da pesquisa e o campo biomédico: considerações sobre um embate epistêmico desde o campo da Educação. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 9, n. 1, p. 209 -234, jan/jun. 2014. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>> Acesso em: 20 ago. 2016

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa**. 4. ed. rev. e aumentada. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

MATOS, K. S. L. e VIEIRA, S. L. **Pesquisa educacional**: a prazer de conhecer. 2ed. Ver. Ampl. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2005.

RIOS, T. A ética na pesquisa e a epistemologia do pesquisador. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 12, n. 19, p. 80-86, jun. 2006.